

POR INTERMÉDIO DA LUTA ARMADA: OCUPAÇÃO COLONIAL, GUERRA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

José Alejandro Sebastian Barrios Diaz¹



Introdução

O jornal *Daily News* da Tanzânia registrou a visita de Samora Machel a uma escola da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que propôs o seguinte problema de aritmética em uma aula:

No ataque a um posto inimigo, os combatentes utilizaram 11 das 24 granadas que estavam numa caixa. “Quantas granadas ficaram na caixa após o ataque?”. Machel pediu um voluntário para resolver o problema e logo um jovem se ofereceu. Depois de ter respondido, Machel pôs outra questão: “Cada uma das onze granadas fragmentou-se em 48”. Quantos estilhaços se formaram? (Christie 1973, s/p).

Essa escola ficava na zona de Nangade, um dos três centros pilotos da FRELIMO em Cabo Delgado, província no norte do país. A postura de Machel era reflexo da linha política do Comitê Central da FRELIMO em entender a educação como um setor “vital para a libertação total do homem moçambicano, a libertação dos males herdados do colonialismo e também a libertação relativa ao subdesenvolvimento econômico” (Machel 1979, 3). As matérias que se ensinavam nas escolas primárias eram aritmética, ciências, política, desenho, geografia e história de Moçambique. Para além das disciplinas, as crianças também aprendiam produção agrícola de subsistência, manejo de

¹ Departamento de Relações Internacionais, Instituto de Ensino Superior de Brasília. Brasília, Brasil. Email: ale.ri.barrios@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8386-3642>.

armas de fogo e debatiam a cultura nacional, com apresentações de grupos de corais, de dança e de teatro.

De fato, de acordo com Meneses (2015), no caso de Moçambique, um dos momentos fundadores da história nacional é a luta contra a dominação colonial e a conquista da independência, marcada pelo projeto político da FRELIMO, o principal movimento nacionalista na luta pela independência do país, que se tornou partido político em 1977. Esse tem sido o principal grupo político no poder ao longo da história do Estado, mesmo depois da introdução do multipartidarismo em 1992.

Portugal, por sua vez, aliou-se abertamente aos regimes racistas da Rodésia do Sul e da África do Sul e conquistou apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Cumpre registrar que, na África Austral, o colonialismo sobrevivia tardiamente com esses três regimes, cujo marco final foi a independência da Namíbia e a liberdade de Nelson Mandela, ambos em 1990 (Saul 2011).

Utilizando fontes primárias do Centro de Documentação 25 de abril, o objetivo do artigo é compreender o contexto da guerra de libertação nacional de Moçambique, que ocorreu entre 1964 e 1975, e caracterizar a atuação da FRELIMO nesse conflito em perspectiva histórica. O trabalho é desenvolvido em três etapas, além da introdução e das observações finais. Primeiro, o artigo narra, em largos traços, a ocupação colonial do território moçambicano entre o final do século XIX e o século XX, para em seguida abordar a luta de libertação nacional. Na terceira parte, caracteriza-se a atuação da FRELIMO, sua formação e papel na luta pela independência.

O desenho da pesquisa recorre a três métodos qualitativos. A parte mais densa é a (i) realização de uma investigação em arquivo histórico, o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, em Portugal. (ii) depois, a construção de uma narrativa para articular as informações dos documentos com sentido crítico. E, por fim, (iii) a realização de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias, no sentido de complementar o entendimento das fontes históricas.

Conforme Woods (1996), a compreensão de um fenômeno passa pela investigação de um evento particular, aprofundando-se na história. Dessa história constrói-se uma narrativa que permite compreender os fenômenos abordados. A história é, portanto, o instrumento utilizado para questionar a realidade dos processos investigados. Procura-se compreender os fenômenos a partir do seu significado, do contexto histórico e das conexões com questões mais amplas das relações de poder.

Colonização de Moçambique entre os séculos XIX e XX

Para Henriques (2004), é possível definir três aspectos centrais da ação colonizadora portuguesa na África. A estratégia consistia em (i) instalar fortalezas ou entrepostos nas regiões costeiras para garantir o estabelecimento de relações comerciais e utilizar essas instalações como fonte de conhecimento sobre o interior. Também serviam ao objetivo de defesa do território, da proteção dos comerciantes, missionários e navegadores. (ii) O uso de tecnologia europeia como as grandes embarcações, armas de fogo e técnicas de produção, agricultura, construção e comércio como vantagens empregadas no sentido de garantir a continuidade nos territórios ocupados. E (iii) alterar as relações sociais entre homens e mulheres que organizaram o território africano, uma operação significativa de transformação da paisagem social e cultural por parte do português e de introdução do patriarcado.

O colonialismo português foi fundamentado no caráter religioso, e pode ser entendido como o estabelecimento de “uma população de origem europeia que garantisse a soberania portuguesa” nos territórios que hoje recebem o nome de Moçambique. De fato, esse não foi um fenômeno pacífico (Capela 2010, 118).

O foco desta seção, contudo, é a passagem entre os séculos XIX e XX no território moçambicano, politicamente organizado sob a concepção dos Prazos da Coroa, um dos primeiros modelos do Estado colonial, na região do Vale do Zambeze, rio que cruza Moçambique em direção ao Oceano Índico, onde se encontra atualmente a hidroelétrica Cahora Bassa, que fornece energia para Moçambique e África do Sul. Os Prazos eram terras habitadas por portugueses que pertenciam à Coroa, arrendadas por um prazo de três gerações, incluindo direitos de cobrar impostos locais e explorar recursos (Dinerman 2006).

De acordo com Mondlane (1969, 32), o sistema de prazos data, em Moçambique, dos séculos XVII e XVIII. Os “prazeiros” eram colonos e proprietários de terras portuguesas e, nessas zonas, eram a personificação da autoridade colonial. Posteriormente, o sistema de prazos deu lugar às companhias de concessão.

Os Prazos da Coroa foram a base material e estrutural da formação colonial do território e da construção de uma sociedade patriarcal. Durante o percurso estabeleceu-se uma estratificação definida em que se situavam os *muzungos* (senhores), as donas (quando o senhorio era uma mulher) e os escravos, que distribuíam-se por várias ordens hierarquizadas (Capela 1996).

Cabe notar que o colonialismo português era dependente financeiramente da Inglaterra, principalmente no setor de plantações, nas navegações e nos caminhos de ferro. Exemplo da presença inglesa nessa região foram as linhas de

telégrafo instaladas entre Portugal e Moçambique, que começaram a ser construídas em 1875, montadas por uma empresa inglesa. Os caminhos de ferro que uniram Lourenço Marques (antigo nome da capital Maputo) a Pretória (na África do Sul), construídos com capitais ingleses entre 1886 e 1894, eram iguais aos que ligavam a cidade da Beira (capital da província de Sofala) e a Rodésia do Sul (atual Zimbábue). No final do século XIX, os dois bancos existentes na Beira funcionavam com capitais ingleses: o *Standard Bank of South Africa* e o *Bank of Africa*; e a imprensa reduzia-se ao *Beira Post*, jornal inglês (Liesegang 1993).

Para Machel (1974a), a emergência de Lourenço Marques como capital e centro do país estaria ligada a fenômenos como o crescimento da caça intensiva de elefantes. Isto fez aumentar as exportações de marfim por volta de 1850, a exportação de mão de obra para a colônia britânica do Natal (atual África do Sul) e o início de projetos agrícolas capitalistas, como as plantações de algodão e de açúcar e a construção do porto de Durban, na África do Sul.

Entretanto, segundo Serra (1996, 40), entre 1870 e 1875 a capital era um “estabelecimento colonial pequeno”, com uma população menor que mil habitantes e uma limitada autoridade colonial. No século XIX, a mudança fundamental para entender a emergência do capitalismo em Moçambique foi a conjunção de dois eixos relacionados com a economia da África Austral no geral e com o estreitamento dos laços econômicos entre Moçambique e as colônias britânicas na África do Sul: (i) a abertura das minas de diamante de Kimberly, que acentuou a migração de força de trabalho, e (ii) a exploração de ouro em Lydenburg, no leste do Transvaal, processos associados ao crescimento de empreendimentos comerciais em Lourenço Marques, como armazéns e hotéis, e a expansão da rede comercial no interior da colônia portuguesa.

Entre 1885 e 1900, realizou-se a abertura de novas minas de ouro nas áreas Sul e Central do Transvaal (atual Witwatersrand), a construção de linhas férreas e o surgimento de outras indústrias. Assim, o sul de Moçambique tornou-se o maior fornecedor de mão de obra para a indústria mineira sul-africana, e a capital passou a ser um dos principais destinos das receitas de mercadorias da África do Sul (Cabaço 2009).

Vale mencionar que, do ponto de vista europeu, as políticas coloniais foram fortalecidas a partir de 1884, quando o representante da Alemanha na Inglaterra pediu audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Lorde Granville, solicitando uma reunião com a participação da França e de Portugal, entre outros países, para discutir as questões e o rumo da ocupação colonial da África, em nome de Bismarck. A Conferência de Berlim, realizada entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, institucionalizou o direito à ocupação e posse dos territórios africanos (Uzoigwe 2010).

Em largos traços, de acordo com Atmore & Oliver (2005), a Conferência de Berlim, ou partilha da África, mudou a fisionomia do continente. Particularmente, o Império português utilizou as técnicas disponíveis para “ocupar efetivamente” as colônias africanas: o comércio foi usado como instrumento de guerra, os colonos brancos escravizavam as populações, os missionários atuavam como “pacificadores” e as forças militares ocupavam a costa; mais tarde integraram os “indígenas” à sociedade colonial, mas com *status* inferior (Mondlane 1969).

De fato, a exploração das colônias portuguesas foi realizada com o apadrinhamento concedido ao capital internacional, e se reproduziu mediante um jogo de concessões e alianças com outras potências coloniais. Nesse sentido, no fim do século XIX, com a finalidade de efetivar a ocupação e exploração do país, o território moçambicano foi dividido em quatro zonas de concessões: (i) a região Norte, em regime de concessão da Companhia do Niassa; (ii) uma faixa que se estendia ao Sul do rio Zambeze, porção adquirida pela Companhia de Moçambique e pela Companhia da Zambézia; (iii) a região Central, operada pela Companhia de Moçambique e (iv) o Distrito de Moçambique, administrado de maneira direta pelo governo português (Cabaço 2009).

A ocupação de Moçambique avançou no século XX no ritmo das mudanças na organização institucional e territorial da colônia. Em 1907, Ayres de Ornelas, Ministro da Marinha e do Ultramar, lançou a Reforma Administrativa de Moçambique, que modernizou a organização institucional sob a égide de um Governador-Geral e na divisão do território em distritos, cada um com seu Governador. Os distritos eram demarcados em circunscrições que formavam Conselhos, dirigidos por um administrador. Essas regiões eram a “unidade principal da estrutura administrativa” (Albuquerque e Pimenta 2021), em que os chefes tradicionais eram incorporados no nível local da autoridade colonial.

Antes de o Estado Novo (1933-1974) definir-se constitucionalmente, Salazar elaborou um decreto que reorganizou o projeto político e administrativo das colônias. O “Acto Colonial” de 1930 renovou a política para as colônias, sendo marcada por uma fase imperial, caracterizada pela “indissolubilidade do império”, que determinou a colonização até o final de 1951. Assim, com foco na centralização do poder em Lisboa, o principal resultado dessa reforma institucional foi a redefinição das relações entre metrópole e colônias, fundamentada na suposta unidade da “Nação Portuguesa”, estabelecendo o Ministério das Colônias como centro da tomadas de decisões (Pimenta 2014).

O “Acto Colonial” foi um instrumento jurídico que reafirmou a vocação e o direito histórico de Portugal às suas posses, estabelecendo que os domínios ultramarinos constituíam o Império colonial português (Artigo 3); caracterizando o Império como “solidário” com as suas “partes” e “com a metrópole” (Artigo 5);

impôs restrições à “alienação” dos territórios (Artigo 7); reservou ao Estado a “administração” e a “exploração” das colônias (Artigo 11); instituiu o trabalho dos “indígenas em serviço do Estado” (Artigo 19); e, por fim, o Artigo 15 atribuiu a “defesa” e a “proteção dos indígenas” ao Estado (Portugal 1930).

Ademais, o Código do Trabalho dos Indígenas de 1928 (Portugal 1928), que introduziu o trabalho obrigatório para fins públicos como uma substituição ao trabalho escravo, e a Constituição de 1933 (Portugal 1933b) foram os instrumentos que formaram o quadro jurídico da nova política para os territórios coloniais na fase mais centralizadora do Império português. Em 1953, estabeleceu-se outro mecanismo colonial, o Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique, uma lei que visava assimilar os “indígenas” à cultura ocidental, sem conceder-lhes cidadania.

Para Castelo (1998, 30), essa política colonial rompe com o passado em três direções: há um processo de centralização do exercício de poder da metrópole, o capital estrangeiro deu lugar à nacionalização e o desenvolvimento das colônias tornou-se a favor da “integração do império”. A política foi desenhada por Armindo Monteiro, Ministro das Colônias entre 1931 e 1935, que concebia o império como uma entidade “atemporal” e “indissolúvel”, acima de todos os interesses.

Outra característica dessa política foi a substituição do termo colônia pelo termo “províncias ultramarinas”, que corresponde a uma afirmação da unidade nacional entre metrópole e territórios não-contíguos. No entanto, o entendimento desta unidade não era novo, porque em 1663 os documentos oficiais já usavam a expressão “províncias ultramarinas”, pois assim eram chamadas as “Terras Portuguesas” do além-mar na Carta Constitucional de 1821. Por exemplo, o “título X” da Constituição de 1838 intitulava-se “Das Províncias Ultramarinas”. Não era nova, portanto, a afirmação da unidade entre o centro e as “partes” na administração colonial portuguesa (Henriques 2004).

Posteriormente, o “Acto Colonial” foi substituído pela Lei Orgânica do Ultramar Português, de 1953. Depois da Segunda Guerra Mundial, Lisboa quis apagar os vestígios da concepção imperialista de que os territórios ultramarinos eram colônias. A partir daí, o principal instrumento jurídico foi o “Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique”, aprovado em 1954. Particularmente, seu capítulo “Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania” define as condições jurídicas que permitiam aos africanos obter cidadania portuguesa, a saber: idade maior do que 18 anos, falar português, trabalhar, possuir bens, ter bom comportamento e “adquirir hábitos” para aplicar “direito público e privado” (Portugal 1953).

Cumprir referir que 1961 foi central para os movimentos de libertação dos territórios portugueses na África, porque iniciou-se a guerra de libertação de Angola e a União Indiana ocupou Goa, Damão e Diu, últimos territórios colo-

niais portugueses na Índia. No plano internacional, a situação de Portugal era de isolamento crescente, multiplicando-se no âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas) as declarações em que o colonialismo português era condenado. A reação de Salazar foi adotar novas medidas em relação às colônias, como o envio de tropas e material bélico para Angola, assim como alterações nas legislações das populações africanas, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 43893 de 6 setembro de 1961, que revoga o Estatuto dos Indígenas (Portugal 1961).

A Guerra de Libertação Nacional

Efetivamente, para a metrópole, a guerra colonial começou em 1961 com o ataque do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) à prisão de São Paulo, em Luanda. O ano marcou igualmente a independência do Daomé, atual Benim, uma antiga colônia no Golfo da Guiné, na costa da África Ocidental, na qual navegadores portugueses desenvolveram comércio de escravos para o Brasil.

No caso de Moçambique, a luta pela libertação teve início em 1964, após mil soldados da FRELIMO retornarem de um treinamento na Argélia, com o objetivo de lançar uma ofensiva militar no Norte do país. Para Mondlane (1982), o primeiro ataque ocorreu em 21 de agosto de 1964 sob o comando do general Filipe Magaia, que atacou uma área patrulhada pelo batalhão armado português, seguido de ataques similares em Chai e Xilama, em Cabo Delgado, ambas no Norte, perto da fronteira com o Tanganyika (atual Tanzânia).

De maneira geral, a guerra de libertação nacional pode ser compreendida em duas fases: a primeira durou seis anos e terminou com mudanças na liderança da FRELIMO. A segunda começou com uma grande operação militar portuguesa, a Operação Nó Górdio de 1970, e durou até 1974, com vitória moçambicana (Telepneva 2021). A saber, no final da década de 1960 a FRELIMO operava em doze regiões unidas por um Comando Militar, que respondia a um Conselho de Guerra de doze membros, formado depois da morte do general Filipe Magaia. O Chefe desse Conselho, Samora Machel, tornou-se o primeiro presidente da República Popular de Moçambique.

Considerando a fraca presença portuguesa no Norte, a FRELIMO avançou rapidamente sobre as províncias do Niassa e Cabo Delgado, e atravessou o Maláui como ponto de entrada para alcançar as províncias de Manica e Sofala. No entanto, segundo Dhada (2016, 50), Portugal começou a preparar a contra insurgência da FRELIMO em 1962, ao entender que esta poderia ser uma “rebelião de inspiração comunista que ameaçava 500 anos de trabalho em levar a civilização ocidental

para suas colônias em África”². Assim, Portugal estacionou vinte mil homens para combater a FRELIMO em defesa da integridade do território.

Neste momento iniciou-se a participação de mulheres combatentes na FRELIMO. Em outubro de 1966, em uma reunião do Comitê Central, órgão decisor máximo, decidiu-se que a mulher moçambicana poderia ter um papel ativo na luta de libertação nacional. Nesse marco, um grupo de mulheres recebeu treinamento militar e apenas alguns meses depois, no início de 1967, o primeiro grupo de mulheres começou suas atividades na guerra. Esse primeiro grupo tornou-se fundador do Destacamento Feminino, sendo distribuídas no interior do país com objetivos diversos (Machel 1969).

De acordo com Josina Machel (1969), as atividades militares das mulheres concentravam-se na defesa das áreas liberadas e na participação em combates, enquanto os homens estavam na linha de frente das ações ofensivas. As mulheres também participaram do Departamento de Defesa, na busca por “infiltração inimiga”. Agiram em grupos de apoio social para as famílias que perderam parentes na guerra e no orfanato da FRELIMO, no departamento de educação, nas campanhas de alfabetização e nas escolas primárias. O fato era que:

(...) o trabalho era realizado em um complexo emaranhado de tecidos sociais machistas, em que a mulher não tinha um papel na vida pública das sociedades, em que os pais e os maridos não concordavam com a ideia de educação para as mulheres (Machel 1969, s/p).

Do ponto de vista das relações internacionais, convém ressaltar que os vínculos de solidariedade e apoio às descolonizações entre Angola, Argélia, Tanzânia, Zimbábue, Zâmbia, dentre outros, foram determinantes para o início da luta armada em Moçambique. Contudo, um fator problemático era a África do Sul sob *apartheid* e suas relações com Portugal.

Um contato importante para a FRELIMO foi o Egito, que abriu oportunidades de cooperação com o mundo árabe e com os soviéticos. Nos anos 1960, de acordo com Schneidman (1978, 59), a China foi o principal parceiro para a revolução de Moçambique e, na década de 1970, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A URSS³ poderia fornecer apoio diplomático no

² Tradução de “*Communist-inspired rebellion that threatened five hundred years of work in bringing Western civilization to its colonies in Africa*”.

³ Para Simpson (1993), a preocupação inicial dos soviéticos era com a estrutura e a composição das lideranças dos movimentos revolucionários africanos. A inspiração do socialismo da FRELIMO era marxista, mas buscava raízes em experiências africanas, como a estratégia utilizada pela *Tanganyika African National Union*, conhecida como *Ujamaa*.

âmbito da ONU e doação de equipamentos militares, diferente da China, que até 1971 não havia ingressado no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas mesmo assim forneceu armas e apoio financeiro.

Segundo Shubin (2008, 123), a FRELIMO foi a única organização armada na África Austral que recebeu ajuda de chineses, soviéticos e norte-americanos, porque esses três países projetaram interesses sobre Moçambique em períodos distintos. Havia ainda colaboradores africanos, principalmente da Argélia, Tanzânia, Zimbábue e Maláui; e os países nórdicos, que aportavam materiais não-bélicos. A Suécia, especialmente a partir de 1966, forneceu recursos de ordem humanitária aos movimentos de libertação nacional na África Austral, sobretudo para Moçambique (Schneidman 1978).

O governo de Lisboa criticou a colaboração de governos ocidentais com movimentos de independência, entendidos como “terroristas africanos”. A reportagem do jornal *The Star* (“Lisbon top Man Keen on Talks” 1974) afirma que em visita à África do Sul, Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (1970-1974), criticou os governos do Norte e do Leste da Europa que proviam ajuda aos “terroristas”. O Ministro argumentou que:

(...) esses mesmos governos que defendem a inviolabilidade de suas próprias ordens, que temem a subversão em suas próprias portas e que condenam o terrorismo quando seus nacionais são vítimas, ao mesmo tempo apoiam movimentos subversivos na África e financiam terroristas que matam e compatriotas africanos que proclamam que destruirão as fronteiras da África Austral pela força das armas⁴.

Para Aquino de Bragança e Depelchin (1986, 32), houve tendência em narrar o processo da luta armada sem questionamentos na historiografia da independência moçambicana. O fato de a luta armada ter iniciado a independência colaborou com esta premissa. O questionamento posto pelos autores Bragança e Depelchin (1986) é que algumas conquistas da luta, como a emancipação e a narrativa de “formar uma nova sociedade”, entre outras, poderiam ser prejudicadas se não avaliassem criticamente os aspectos determinantes da vitória contra a metrópole, como por exemplo a instauração da figura do “inimigo interno”.

4 Tradução livre de “(...) these same governments which defend the inviolability of their own orders, which fears subversion at their own gates and which condemn terrorism when their nationals are the victims, at the same time support subversive movements in Africa and finance terrorists who kill and fellow African who proclaim that they will destroy the frontiers in Southern Africa by force of arms”.

A FRELIMO e a luta armada

É importante sublinhar que Lisboa não permitiu uma descolonização negociada para Moçambique, terminando com a possibilidade de uma resolução pacífica do conflito, em que a FRELIMO era apoiada por movimentos de esquerda da comunidade branca, como a Associação Acadêmica de Moçambique e os Democratas Moçambicanos. Para o Comitê Executivo da FRELIMO, o direito à independência do povo de Moçambique era a única solução para a guerra (Mondlane 1969).

Vale notar que os movimentos populares que promoveram a luta pela independência de Moçambique foram criados no exterior, sendo os mais importantes (i) a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), formada em 1960 na Salisbúria (atual Harare, Zimbábue), liderada por Holomulo Chitofu; (ii) a *Mozambique African National Union* (MANU), fundada por Mateus Mhole em 1954, sob o nome de União Maconde de Moçambique e (iii) a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), formada em 1961 na Niassalândia (atual região no Maláui) por José Baltazar Chagong'a (Opello 1975).

A Frente de Libertação de Moçambique foi concebida a partir da união dessas três organizações em junho de 1962, em Dar-es-Salam, capital da Tanzânia. Para Simango (1969), esse evento é um grande marco na história da descolonização do país, pois a FRELIMO conduziu a luta pela independência contra a metrópole, utilizando duas premissas: “lutar por Moçambique” e “através da luta armada”.

De acordo com Mustafah Dhada (2016), durante a luta armada a FRELIMO centralizou energias em duas frentes diplomáticas: isolar Portugal internacionalmente e buscar ajuda militar da Argélia e do Egito, assim como treinar quadros para a guerrilha. Janet Mondlane buscou ajuda da Fundação Ford para desenvolver o Instituto de Moçambique, a primeira escola destinada a criar quadros humanos para sustentar a guerra e a construção das zonas liberadas. Segundo ela, a Fundação colaborou com o Instituto por um ano, mas depois o governo português acionou o governo americano para intervir e cancelar a ajuda (Mondlane 1996).

O I Congresso da FRELIMO foi realizado em 1962, na Tanzânia, e foi voltado para a discussão sobre a natureza clandestina das ações. Na altura do Segundo Congresso da FRELIMO, realizado em 1968 no Niassa, província no Norte de Moçambique, acordou-se que a luta nacional seria parte de uma luta global pela emancipação dos povos do governo colonial. Para isso, tornando-se necessário estabelecer relações de solidariedade com outros países, sobretudo com os países da África Austral, com os quais criou-se os Estados

da Linha de Frente, um grupo de concertação político-diplomática, composto por Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, em 1976. Essa determinação iria marcar a política exterior de Moçambique no primeiro momento do pós-independência (Classen 2013).

Em 1969, o assassinato do líder Eduardo Mondlane representou uma crise para a FRELIMO, seguida de uma tentativa do vice-presidente, Uria Simango, de alcançar a liderança com uma proposta não-socialista, junto com Kavandame e outros opostos à ideologia marxista-leninista adotada pela FRELIMO (Simango 1969). A morte de Mondlane implicou na prisão de Silvério Nungu, secretário administrativo que obteve o nome ligado ao assassinato do presidente (Opello 1975).

Havia três suspeitos pela morte do líder: Nungu, Lázaro Kavandame e a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) de Portugal. Com seu assassinato, formou-se um triunvirato composto por Uria Simango, Marcelino dos Santos e Samora Machel para assumir a liderança da FRELIMO. Essa e outras histórias revelam tensões no interior da FRELIMO, decorrente da baixa participação da classe trabalhadora urbana na luta de libertação, fato que tornou os camponeses a principal força humana da revolução. O desafio era construir, antes da independência, uma aliança entre camponeses e trabalhadores urbanos em Maputo, com ênfase no desenvolvimento de uma indústria para criar um proletariado urbano, ao mesmo tempo em que se socializava a agricultura por meio das aldeias comunais em zonas libertadas (Simpson 1993).

Nesse panorama, no início dos anos 1970 a FRELIMO foi objeto de disputas internas. De acordo com Simpson (1993), o Comitê Central da FRELIMO era polarizado em torno de uma facção socialista e em torno de outra facção pequeno-burguesa. As tensões eram resultado das visões conflitivas em como organizar a produção das zonas liberadas, ou pelas divergências em relação ao rumo de Moçambique no pós-independência.

O militar português Kaúlza de Arriaga, Comandante das Forças Terrestres entre 1969-1970 e Chefe das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique entre 1970-1973, fazia parte da rede da OTAN e estava convencido de que a FRELIMO poderia ser vencida por uma guerra de desgaste quando chegou à colônia juntou 35 mil homens armados para o combate, sendo essa uma das maiores concentrações de força para lutar contra a FRELIMO no Norte de Moçambique (Dhada 2013).

Para Mustafah Dhada (2016), Arriaga inspirou-se nos britânicos, que empregaram contra o *Malayan National Liberation Army* táticas de terra arrasada e de paralisação da logística e suas cadeias de alimentação, além de ataques do tipo *hit-and-run*. Assim, encorajou dissidência da FRELIMO ao alimentar as organizações rivais da Frente, como a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), a qual posteriormente entrou em um conflito que mergulhou o país em uma guerra civil após a independência.

O Comandante foi responsável por lançar, em 10 de junho de 1970, a Operação Nó Górdio, uma ofensiva coordenada entre paraquedistas, comando naval e unidades especiais, sendo essa a maior campanha militar portuguesa naquela província. O objetivo era erradicar a guerrilha da FRELIMO na fronteira com a Tanzânia. A força aérea portuguesa deu assistência e bombardeio estratégico em bases e campos médicos e de treinamento (Dhada 2016).

Nesse sentido, a província de Tete, ao Norte, tornou-se estratégica, porque Portugal buscava prevenir a FRELIMO de alcançar os distritos de Manica e Sofala, ambos na região central. Também, prevenia uma ameaça à segurança da província da Beira, uma porta de entrada para os militares da Rodésia do Sul de Ian Smith e do Maláui de Kamuzu Banda, aliados de Portugal na luta contra a FRELIMO (Dhada 2013).

Em entrevista ao *Sunday Times* em 02 de abril de 1972, Samora Machel observou que na parte ao sul do Zambeze a luta se desenvolveu rápido porque nessa área:

A opressão portuguesa se fez sentir mais forte do que em outros lugares. E tem as pessoas que moram perto da fronteira da Rodésia – eles sofreram uma opressão dupla. Foram recrutados para trabalhar nas plantações de banana e açúcar em Moçambique e, quando terminaram, foram vendidos à Rodésia para trabalhar nas plantações de tabaco, quando voltaram foram recrutados de novo pelo governo português (“Des pilotes sud-africains...” 1972, s/p).

A guerra em Tete começou em 1968, e foi necessário desenvolver a luta em outras regiões para chegar até essa província, como Niassa e Cabo Delgado, onde o processo de descolonização já começara com a construção de hospitais e escolas (Machel 1972). No caso de Tete, havia interesses econômicos significativos em jogo desde os anos 1950, como a construção da hidroelétrica de Cahora Bassa, inaugurada em 1974, projeto em que grandes potências estavam envolvidas. Além disso, caminhões transportavam bens de Tete para a Rodésia do Sul e Maláui.

Segundo Isaacman (2021), o projeto de Cahora Bassa tinha um aspecto importante no financiamento das necessidades de defesa de Portugal também e foi chave nas relações com a África do Sul. Quinze anos depois dos primeiros estudos, o empreendimento era a maior barragem ao sul do Sahara. Os estudos de viabilidade para a hidroelétrica foram realizados em 1956 e o Plano Geral do Vale do Zambeze começou a ser criado em 1957, o maior empreendimento colonial português no setor de obras públicas em Moçambique.

O governo português estava desgastado e isolado e, em 1971, gastava nas colônias africanas 40% do orçamento nacional em materiais militares (Roberts 2008). Os africanos, que por outro lado haviam começado a guerra em uma situ-

ação de fraqueza e vulnerabilidade, foram aumentando seu campo de operações e suas vitórias, conquistando territórios chamados de zonas liberadas.

Para complementar as operações nesse terreno, o Grupo Unido de Moçambique (GUMO) foi criado no âmbito do exército colonial na década de 1970 e estava a serviço do colonialismo português para neutralizar a FRELIMO. Marcello Caetano e Baltazar Rebelo de Sousa eram os criadores do GUMO, segundo Machel (n.d.) no texto “Denunciemos e neutralizemos os fantoches”. O grupo estava destinado a desmobilizar o povo moçambicano e a opinião internacional sobre a luta de libertação, fazendo parecer que Portugal reconhecia o direito dos africanos.

Não é uma novidade afirmar que Portugal cometeu inúmeras atrocidades nesse teatro de operações, como crimes contra a população nativa, incluindo queimar crianças e mulheres. Essas alegações foram feitas por dois padres católicos romanos, processados por atividades antigoverno na colônia. Padre Martins Hernandez Robles e Padre Alfonso Valverde Leon foram presos por mais de um ano, por acusações de que fizeram discursos anti-portugueses desde o púlpito e cobraram respostas às autoridades sobre os assassinatos (Dhada 2013).

Dentre as atrocidades cometidas pelos portugueses, é possível listar os massacres em Xinavane, Mueda, Mucumbura, Wiriyamu, Chawole, Inhanga, entre outros. O Centro de Documentação 25 de Abril, de Coimbra, tem lauto acervo sobre o ocorrido em Wiriyamu, com uma centena de artigos e recortes de jornais dos mais diversos países, que participaram na divulgação de informações sobre a conduta dos portugueses na região. No sábado do dia 16 de dezembro de 1972, soldados portugueses mataram aproximadamente 400 moçambicanos em Wiriyamu. Hoje, na antiga aldeia de Wiriyamu, existe um monumento com as ossadas das vítimas.

Ademais, existem evidências publicadas pelo *Le Monde Diplomatique* (1972) de que dois pilotos sul-africanos foram contratados como mercenários por Portugal e efetuaram missões secretas de guerra química contra combatentes nacionalistas do norte de Moçambique. A operação destinou-se a destruir as culturas que alimentariam os guerrilheiros da FRELIMO, usando a substância 2,4-D, o Ácido Diclorofenoxiacético, que estava dentre as usadas pelos EUA no Vietnã e na Segunda Guerra Mundial.

Dois anos depois, em 1974, o Movimento das Forças Armadas de Portugal foi responsável pelo fim do Estado Novo. Um grupo de oficiais derubou o regime de Lisboa sob o slogan de “descolonização e democratização”. A Revolução dos Cravos marca o fim do Estado Novo, a queda de Marcello Caetano em 25 de abril e o início do regime democrático em Portugal, que entrou em vigor com a nova Constituição em 1976.

No texto “Declaração do Comitê Executivo da FRELIMO sobre os acontecimentos em Portugal”, a opinião da FRELIMO sobre o 25 de abril é a de que a coincidência entre a crise do regime português e a luta de libertação nacional em Moçambique não foi ao acaso, mas uma “prova adicional do impacto que tem a nossa luta na situação em Portugal” (FRELIMO n.d.). Havia um entendimento de que o fator determinante para essa situação na metrópole era a guerra de independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, e não o contrário. As independências das colônias não foram produto do 25 de abril, este que foi resultado de um longo processo de desgaste político e econômico do regime autoritário.

O comunicado procurou enquadrar o entendimento da FRELIMO de que os portugueses engajados na guerra estavam defendendo o sistema colonial português e que a luta moçambicana contribuía para a luta contra o fascismo do regime de Portugal; que não estavam lutando para tornarem-se “portugueses de pele preta”, mas para afirmarem-se como “moçambicanos”. Ainda, enfatizaram que os “guerrilheiros da FRELIMO não são soldados profissionais, mas moçambicanos em armas” e que a guerra só acabaria quando “os portugueses entenderem o direito à independência de Moçambique”.

Por fim, em 1974, firmou-se em Lusaka, na Zâmbia, um acordo entre a FRELIMO e o governo português instalado depois do fim do Estado Novo, no qual Portugal reconhecia os direitos de Moçambique à independência. Foi acordado que Moçambique se tornaria independente em 25 de junho de 1975 e o regime jurídico seria composto por um governo de transição. É forçoso observar, contudo, que o fim da guerra colonial não se traduziu em um período de paz, visto que eclodiu uma guerra civil entre 1977 e os acordos de paz de 1992.

A Conferência de Lusaka foi o clímax de três meses de negociações: consagrou a independência de Moçambique, introduziu uma nova administração e ratificou o entendimento entre Samora Machel e Mário Soares sobre como o poder seria transferido. O Acordo é composto por dezenove parágrafos e, no primeiro, consta que o Estado português reconhece o direito à independência e declara aceitar a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território de Moçambique (Portugal 1974).

Mas o 25 de abril não significou, automaticamente, o fim das hostilidades. O movimento Moçambique Livre, entre 7 e 10 de setembro de 1974, quase cinco meses após o 25 de abril, tentou tomar o poder e desencadear uma rejeição ao acordo de Lusaka. No dia 08 de setembro, a Rádio Clube de Moçambique foi ocupada por pessoas contrárias à FRELIMO e aos acordos de Lusaka, movimento conhecido como “Moçambique Livre”. Foi a derradeira tentativa de os colonos evitarem a independência do país e durou 92 horas de confrontos, com vítimas. Para José Luís Cabaço, em entrevista à Agência

Lusa, esse motim foi “uma tentativa organizada e não espontânea, tanto mais que no dia 02 de setembro os principais líderes da revolta reuniram-se no Hotel Avenida para planejar a operação” (Cabaço 2004).

O Movimento Moçambique Livre liberou agentes da PIDE que estavam presos, ocupou os correios e o aeroporto Gago Coutinho. A Associação de Portugueses de Johannesburgo ameaçou a independência, afirmando que seus membros invadiriam “a fronteira para ir em socorro” do regime colonial. Porém, foram acusados pelo governo de Lisboa por ser uma “minoria de reacionários”, e sua ação acabou no dia 10 de setembro, quando cerca de oito mil portugueses fugiram para a África do Sul, deixando para trás a morte de centenas de pessoas (Cabaço 2004).

Conforme exposto no Diário de Lisboa em 1974 em uma entrevista, Samora Machel afirmou “constituir o fim simbólico da guerra” quando a FRELIMO libertou “todos os soldados portugueses que tinha em seu poder”, referindo-se à libertação de 197 homens em Nachingwea, na Tanzânia. De acordo com a reportagem, os soldados receberam um “presente de despedida, constituído por um saco de plástico com artigos de higiene pessoal e cigarros”. Os prisioneiros foram levados de avião para Nangade, perto da fronteira. A maioria dos prisioneiros foram capturados em 1974, durante a ofensiva da FRELIMO no Norte do país (Machel 1974b).

O governo de transição moçambicano tomou posse na manhã do dia 20 de setembro de 1974, em cerimônia realizada no Palácio da Ponta Vermelha. Usaram a palavra o alto comissário almirante Victor Crespo, o primeiro-ministro Joaquim Chissano e o presidente Samora Machel. Estiveram presentes diversas delegações dos países amigos de Moçambique, como Camarões, Somália, Guiné-Conacri, Tanzânia e Zâmbia. Fizeram-se presentes delegações da Organização da Unidade Africana, composta pelo Secretário-Geral William Etekl M'Boumona, o tenente coronel Hashin Mbita, Secretário Executivo do Comitê de Libertação, o doutor Fernando Dias Van Dunem (Angola) e o chefe do Serviço de Pessoal da OUA, o major Nasibu. A ONU também estava representada pelo Subsecretário-Geral Tang Ming-Chao. O governo português foi representado por uma missão especial chefiada pelo major Melo Antunes, composta pelo major Canto e Castro e pelo capitão Pinto Soares.

Moçambique herdou uma situação política, econômica e social complexa com a independência em 25 de junho de 1975. Novos problemas emergiram com a transformação da província ultramarina/colônia em Estado-Nação e com a consequente busca do regime da FRELIMO pela unidade nacional. A FRELIMO assumiu o comando do Estado mesmo antes da independência, com o governo de transição.

Conclusão

Este artigo, fundamentado em pesquisa histórica documental, apontou os antecedentes da colonização portuguesa em Moçambique. Com foco nos processos administrativos entre o final do século XIX e XX e na divisão do território em Prazos da Coroa e, posteriormente, em zonas de concessão operadas por companhias coloniais de exploração, situou-se como a colonização portuguesa foi orientada pela busca por lucros econômicos e pela gradual ocupação de parte do território, evidenciando a articulação entre os interesses econômicos e políticos nesse período.

Na sequência, o trabalho apresentou contextualização sobre o período da luta de libertação nacional, suas origens, trajetória e avanço ao longo do território moçambicano. Procurou-se evidenciar a dimensão internacional da luta de libertação nacional e o apoio de outros países africanos ao processo revolucionário de Moçambique.

O trabalho contextualizou, a partir de fontes primárias do Centro de Documentação 25 de Abril, inéditas no Brasil, o processo político interno da FRELIMO e a atuação na luta de libertação nacional. Desde suas origens, a FRELIMO foi o movimento armado que lutou pela independência do país e, posteriormente, tornou-se o único partido no poder ao longo da história de Moçambique.

Referências

- Albuquerque, Gonçalo, e Fernando Tavares Pimenta. 2021. Um Madeirense ao Comando do Império: Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Reorganização Administrativa de Moçambique (1907). *Arquivo Histórico da Madeira*, no. 3: 349-381.
- Atmore, Anthony, e Roland Oliver. 2005. *Africa since 1800*. New York: Cambridge University Press.
- Bragança, Aquino, e Jacques Depelchin. 1986. Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique. *Estudos moçambicanos*, no.5/6: 29-52.
- Cabaço, José Luís. 2004. “FRELIMO e o 25 de abril”. *Agência Lusa*. Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos, Movimentos de Libertação. FRELIMO.

- _____. 2009. *Moçambique: identidade colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP.
- Capela, José. 1996. *Donas, senhores e escravos*. Porto: Edições Afrontamento.
- _____. 2016. *Moçambique pela sua história*. Ribeirão: Húmus.
- Castelo, Cláudia. 1998. *O modo português de estar no mundo. O luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Christie, Lainm. 1973. "Sem título". *Daily News Tanzania*.. Arquivo Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos, *Movimentos de Libertação*. FRELIMO.
- Classen, Sayaka-Funada. 2013. *The Origins of War in Mozambique: A History of Unity and Division*. Tokyo: Hongo Bunkyo.
- _____. "Des pilotes sud-africains opérant pour l'armée portugaise auraient utilisé de défoliants". 1972. *Le monde diplomatique*. Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos. *Movimentos de Libertação*. FRELIMO.
- Dinerman, Alice. 2006. *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Post-colonial Africa: the case of Mozambique, 1975-1994*. London: Routledge.
- Dhada, Mustafah. 2013. "The Wiriyamu Massacre of 1972: Its Context, Genesis and Revelation". *History in Africa*, no. 40: 45-73.
- _____. 2016. *The Portuguese massacre of Wiriyamu in colonial Mozambique, 1964-2013*. London and New York: Bloomsbury.
- Frente de Libertação de Moçambique. s/d. *Arquivo Centro de Documentação 25 de Abril*. Caixa: FRELIMO e o 25 de Abril.
- Henriques, Isabel Castro. 2004. *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*. Lisboa: Casal de Cambra Caleidoscópio.
- Isaacman, Allen. 2021. "Cahora Bassa Damn & the Delusion of Development". *Daedalus* 150 (4): 103-123.
- Liesegang, Gerhard. 1993. "A História de Moçambique, 1885-1930". In *História de Moçambique 3. Moçambique no Auge do Colonialismo*, 40-75. Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane.
- _____. "Lisbon top Man Keen on Talks". 1974. *The Star*. Arquivo Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos. *Movimentos de Libertação*. FRELIMO.
- Machel, Josina. 1969. "Mozambique Revolution". *The Mozambican Woman in Revolution. FRELIMO Womens' Detachment: the role of the woman in Revolution*. Arquivo Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: arquivo, comunicados e panfletos. *Movimentos de Libertação*, FRELIMO.

- Machel, Samora. 1972.. “Face the people building a Nation in battle-torn Mozambique”. *Sunday Times*. Arquivo Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação. FRELIMO.
- . 1974a. *Mozambique: Sowing the Seeds of Revolution*. London: Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guinea.
- . 1974b. Fim da Guerra Colonial. *Diário de Lisboa*. Arquivo Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: FRELIMO e o 25 de abril.
- . 1979. *Fazer da Escola uma base para o povo tomar o poder*. Maputo: Departamento de Trabalho Ideológico da Frelimo.
- . 1980. *Declaramos guerra ao inimigo interno*. Texto integral do discurso pronunciado no dia 18 de março de 1980. São Paulo: Quilombo.
- . n.d. *Arquivo Centro de Documentação 25 de Abril*. Caixa: FRELIMO, nome: Samora Machel “denunciemos e neutralizemos os fantoches”.
- Meneses, Maria Paula. 2015. “Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da Nação em Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 106: 9-52.
- Mondlane, Eduardo. 1976. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- . 1982. The Tribal Question in the Advanced Stage of the Struggle. In *The African Liberation Reader. 2: The National Liberation Movements*, organizado por Aquino Bragança e Immanuel Wallerstein, 34-56. London: Zed Press.
- Mondlane, Janet. 1996. “Nordic Documentation on the Liberation Struggle of Southern Africa”. 16 de maio 2022. <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/janet-modlane.html>.
- Opello, Walter C. 1975. “Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s”. *Journal of Southern African Studies*, no. 2 (1): 66-83.
- Pimenta, Fernando Tavares. 2014. “O Estado Novo Português e a Reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento das elites brancas (1961-1962)”. *História (São Paulo)* 33 (2): 50-272.
- Portugal. 1928. “Código de Trabalho Indígena”. 15 de maio 2022. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/16199-1928-603012>.
- . 1933a. “Acto Colonial”. 15 de maio 2022. https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf.

- . 1933b. “Constituição de 11 de abril de 1933”. 15 de maio de 2022. http://cadeiras.iscte-iul.pt/SDir/SDir_lk_Doc_ConstP_1933.pdf.
- . 1954. “Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique”. 15 de maio de 2022. <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf>.
- . 1961. “Decreto-Lei nº. 43893 de 6 setembro de 1961”. *Ministério do Ultramar*. 15 de maio de 2022. <https://dre.tretas.org/dre/266298/decreto-lei-43893-de-6-de-setembro>.
- . 1974. “Acordo de Lusaka”. 17 de maio de 2022. <https://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Acordo%20de%20Lusaka-doc.pdf>.
- Roberts, Andrew. 2008. “Portuguese Africa”. In *The Cambridge History of Africa Volume 8. From 1940 to 1975*, organizado por John Donnelly Fage e Roland Oliver, 755-806. Cambridge: Cambridge University Press.
- Saul, John. 2011. “Mozambique – Not then but now”. *Review of African Political Economy* 38 (127): 93-101.
- Schneidman, Witney J. 1978. “Frelimo’s Foreign Policy and the Process of Liberation”. *Africa Today* 25(1): 57-67.
- Serra, Carlos. 1996. *História de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane.
- Simango, Uria. 1969. *Situação Sombria na Frelimo*. Anexo I: 399-416.
- Simpson, Mark. 1993. “Foreign and Domestic Factors in FRELIMO”. *The Journal of Modern African Studies* 31(2): 309-337.
- Shubin, Vladimir. 2008. *The hot “Cold War”- The USSR in Southern Africa*. London: Pluto Press.
- Telepneva, Natalia. 2021. *Cold War Liberation: The Soviet Union and the Collapse of the Portuguese Empire in Africa, 1961–1975*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Uzoigwe, Godfrey Nwanoruo. 2010. “Partilha Europeia e Conquista da África: apanhado geral”. In *História Geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*, organizado por Albert Adu Boahen. UNESCO.
- Woods, Ngaire. 1996. “The Use of Theory in International Relations”. In *Explaining international relations since 1945*, organizado por Ngaire Woods. Oxford: Oxford University Press.

RESUMO

No contexto de Moçambique, a narrativa sobre a experiência da guerra de libertação é central para a construção da história nacional no pós-independência. Durante esse conflito, a Frente de Libertação de Moçambique, de orientação marxista, buscou definir a ideia de um país independente em oposição ao território colonizado por mais de quatro séculos pelo império português. Utilizando fontes primárias do Centro de Documentação 25 de Abril, o objetivo deste artigo é compreender o contexto da guerra de libertação nacional de Moçambique, que ocorreu entre 1964 e 1975, e caracterizar a atuação da FRELIMO nesse conflito em perspectiva histórica. O trabalho é desenvolvido em três etapas, além da introdução e das observações finais. Primeiro, o artigo narra, em largos traços, a ocupação colonial do território moçambicano entre o final do século XIX e o século XX para, em seguida, abordar a luta de libertação nacional. Na terceira parte, caracteriza-se a atuação da FRELIMO, sua formação e papel na luta pela independência.

PALAVRAS-CHAVE:

Moçambique. Colonização. Guerra de Libertação Nacional.

Recebido em 24 de maio de 2022

Aceito em 30 de maio de 2022